



## ATA

Aos vinte e cinco do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no auditório da Universidade do Minho, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Cristina Patrícia Lemos Fernandes, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão extraordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

### **ORDEM DO DIA** -----

ASSEMBLEIA -----

**1 - COMISSÃO ESPECIALIZADA DE ACOMPANHAMENTO DA CANDIDATURA DE GUIMARÃES A CAPITAL VERDE EUROPEIA.**-----

AMBIENTE -----

**2 - ANÁLISE DO TEMA AMBIENTE.** -----

DIVERSOS -----

**3 - PATRONATO DE SÃO SEBASTIÃO - UTILIZAÇÃO DO TEATRO JORDÃO - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS.**-----

**4 - ASSOCIAÇÃO DE DANÇA DE GUIMARÃES - SEMANA DA DANÇA 2023 - UTILIZAÇÃO DO TEATRO JORDÃO - ATRIBUIÇÃO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO.**-----

**5 - APROVAÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS.**-----

OBRAS PÚBLICAS -----

**6 - APROVAÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS ADJACENTES AO PROCEDIMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES.**-----

FREGUESIAS -----

**7 - FREGUESIA DE AZURÉM - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO. ---**

**8 - FREGUESIA DE CALDELAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO.--**

**9 - CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS ÀS FREGUESIAS. -----**

**10 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS. -----**

**11 - FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA  
– ATRIBUIÇÃO DE APOIO.-----**

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----**

**12 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----**

Pelas **vinte e uma horas e quinze minutos** foi declarada **ABERTA A SESSÃO. -**

**Estiveram presentes os seguintes Eleitos diretos:** (PS) Eleitos diretos: (PS) -

José João Torrinha Martins Bastos, Armindo José Ferreira da Costa e Silva,

Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, Pedro

Miguel Vilhena Abreu Roque, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes,

Jorge Manuel Costa Nunes, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Elsa Cristina

Silva Ribeiro, Augusto Rafael Capela Duarte, Maria Joaquina Oliveira

Antunes, David José Gonçalves Faria, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, Alberto

Manuel Gonçalves Mota, Pedro Manuel da Silva Mendes, Márcio Rafael da

Silva Ferreira, Clara Sofia Abreu Barros, Francisco da Costa e Silva, Maria José

Teixeira Martins, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, Francisco José Mendes

Pereira, Dionísio Cardoso Ribeiro e Eugénia da Conceição Pereira da Silva;

(PSD) – Ana Paula Cardoso Lemos Damião, César Nuno da Costa Teixeira,

André Faria Ferreira, Ana Margarida da Costa Teixeira, Tiago Vieira

Laranjeiro, André Filipe de Castro e Sousa Casalta, Ana Sofia Rodrigues

Teixeira, Manuel José Araújo Ribeiro, Margarida Pinheiro Pereira, Rui

Armindo da Costa Freitas, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Susana

Manuela Marques Araújo, Isabel Filipe Gonçalves Gomes de Sousa e Carlos

Vítor da Cunha Gonçalves; (CDS-PP) - Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e

Brito, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, Paulo Miguel Lima



Peixoto e João Paulo Serra Salazar; (CDU) - José Manuel Torcato Ribeiro, Inês Alves Rodrigues e Ana Margarida Monteiro; (CH) - André Filipe Mendes de Castro Almeida; (BE) – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; (IL) – Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

**Inerência do cargo de Presidente de Junta:** Martinho Eurico Martins Fernandes – PSD, José de Castro Antunes – PS, José Luís Oliveira Pereira – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, José Inácio da Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Caldelas) – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS, Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira – CDS-PP, António Martins Gonçalves – PSD, António Gonçalves Vilela – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Arlindo Joaquim Martins Pereira (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Guardizela) – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Augusto Machado Pereira (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo) – PS, José Pereira da Silva – PS; Diana Catarina Silva (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos) – PS, Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS; Domingos Vaz Peixoto – PS, Maria Manuela Magalhães Ferreira Costa e Silva (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Polvoreira) – PS; Sérgio Alberto Castro da Rocha – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira – PS, Antero Daniel Fernandes Freitas (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato) – PSD, Cristina Maria Ribeiro Abreu (em representação da Presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão) – PS, António José da Silva Ribeiro – PSD, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS; Luís António da Silva Costa Abreu – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Tiago José

Xavier da Silva – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Diogo António Alves Costa – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, António Paulo Pereira Faria (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Conde e Gandarela) – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rosa Andreia Neves Azevedo (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso e Corvite – PS, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Tiago João Matos Rodrigues – PSD, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS. -----

**Ausências inferiores a trinta dias - Membros da Assembleia Municipal -**

Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Maria da Conceição da Cunha e Castro, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, José de Castro Dias, André Guimarães Coelho Lima, Emídio Guerreiro, Carlos Jorge Caneja Amorim, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, José Pedro Ribeiro Salazar, Paulo Manuel Ferreira da Silva, Manuel da Costa Teixeira, António Alberto da Costa Martins, Marta Filipa da Silva Gonçalves, Flávio Romeu de Sousa Freitas, Carlos Manuel Abrunhosa Borges, Célia Maria Abreu Magalhães, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, João Martins da Cunha, Catarina de Freitas Marques, Nuno Ricardo Teixeira de Carvalho, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, António Brás Mendes Pereira, Vasco Manuel Azevedo Marques, Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira e Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares e Daniel André de Sousa Rodrigues.-----

Ausência inferior a 30 dias – **Vereação** - Vânia Dias da Silva. -----

**Faltaram os seguintes membros:** Sandra da Luz da Cunha Martins, Carlos Miguel Marques de Castro e Rui Porfírio Lopes Silva.-----



A **Câmara Municipal** esteve representada pelo Presidente da Câmara, Domingos Bragança Salgado, e pelos Vereadores, Adelina Paula Mendes Pinto, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Nelson José Guimarães Felgueiras, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, Bruno Alberto Vieira Fernandes e João Vicente Ribeiro Salgado. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

ASSEMBLEIA -----

**1 - COMISSÃO ESPECIALIZADA DE ACOMPANHAMENTO DA CANDIDATURA DE GUIMARÃES A CAPITAL VERDE EUROPEIA.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal a conclusão dos trabalhos da Comissão Especializada de Acompanhamento da Candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, reativada, por unanimidade, na sessão ordinária realizada no dia 29 de dezembro de 2022, a requerimento do Grupo Municipal do PS. -----

**Tiago Vieira Laranjeiro**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Hoje fazemos aqui a discussão política da conclusão dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento da Candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia. A minha intervenção vai focar-se em três pontos principais: 1. Avaliação geral dos trabalhos da Comissão - avaliação que é positiva; 2. Análise das audições realizadas - análise que é mista, havendo entidades e temas que foram amplamente debatidos com a discussão pretendida, e outros que ficaram muito aquém do desejável; 3. Avaliação política do caminho para a candidatura a CVE - que é, em súpula, que há muito trabalho feito mas muito mais por fazer, e o que há por fazer exige acima de tudo decisão

política, que a nosso ver tem falhado. Como ponto prévio, e de introdução à avaliação geral dos trabalhos da Comissão, cabe-me fazer quatro agradecimentos: 1. Aos meus companheiros de partido, que permitiram e auxiliaram neste trabalho de vários anos: ao nosso líder de grupo da AM, César Teixeira, e aos Companheiros Alexandre Barros da Cunha, Ana Margarida Teixeira, Filipa Leite e Isabel Sousa. 2. Aos elementos de outros partidos que participaram nos trabalhos da Comissão, e faço-o na pessoa da Sónia Gonçalo, para sinalizar o modo cordial e de partilha com que correram os trabalhos na ligação entre quase todos os elementos; 3. Ao atual Presidente da Comissão, Hugo Teixeira, que não perdendo o diapasão da linha política do seu partido, demonstrou uma postura de abertura e diálogo democrático pouco usuais em Guimarães, e foi de extrema eficácia na condução dos trabalhos para que hoje pudéssemos estar aqui; 4. Aos serviços da Assembleia, na pessoa da D. Fernanda, incansável no trabalho extra que esta Comissão lhe deu - e que não foi pouco. Se por vezes estes cumprimentos são da praxe, neste caso são bem genuínos e sentidos. Porque estamos a falar de uma Comissão que atravessou dois mandatos autárquicos, tendo iniciado trabalhos em 2018. E que passou por três presidências e ritmos de trabalho muito diversos. Com também vontades diversas na prossecução dos seus objetivos. Penso que esta foi a primeira comissão especializada da Assembleia Municipal em mais de uma década anos, sendo que as duas últimas foram de acompanhamento à candidatura de Guimarães a Capital Europeia da Cultura e da classificação das Festas Nicolinas como Património Imaterial da Humanidade. E os trabalhos desta comissão vêm reforçar a posição do PSD em relação aos trabalhos das Comissões: pese embora o esforço acrescido no trabalho para os diferentes grupos da Assembleia e para os respetivos serviços, as Comissões são extremamente úteis ao permitirem aprofundar os temas e as discussões



especializadas, permitindo alcançar consensos e pontes entre pontos de vista diversos, num ambiente muito mais distendido e sem a tensão política que sempre existe numa sessão plenária como aquela em que estamos. E isso é positivo para a democracia e para alcançar melhores resultados para Guimarães. Certo que a ausência de meios dos partidos também dificulta este tipo de trabalhos: não é por acaso que a própria Constituição e restante legislação não trata os membros das Assembleias Municipais como deputados. Faltam-nos os meios, humanos, financeiros e técnicos, para um trabalho mais aprofundado de representatividade eletiva contínua, como os deputados das Assembleias Regionais, da Assembleia da República ou do Parlamento Europeu. Mas esta é uma nota avulsa sobre os nossos trabalhos e condições para exercermos melhor as nossas funções, que não é o que aqui nos traz a discussão. Feita esta avaliação geral dos trabalhos da comissão, debruçemo-nos sobre o concreto. O nosso trabalho era avaliar e acompanhar os trabalhos conducentes à elaboração da candidatura anterior e preparação da nova, entretanto submetida e que, soube-se recentemente, passou à fase final de avaliação. E um acompanhamento da área ambiental é algo que acontece num nível multidimensional. Não por acaso, é o estudo do ambiente que levou ao desenvolvimento de áreas do conhecimento como a engenharia de sistemas. Sistemas em que umas multiplicidades de dimensões se cruzam para impactar a vida de todos. E os trabalhos desta comissão tiveram que refletir essa multiplicidade de dimensões. O trabalho realizado correspondeu, grosso modo, ao plano proposto na primeira reunião em 2018: auscultar um conjunto amplo de entidades locais, regionais e nacionais, que estão envolvidas ou impactadas direta ou indiretamente neste processo de candidatura. Claro que com um maior enfoque no local, no Município e nas empresas municipais ou

paramunicipais, e na estrutura responsável por coordenar a candidatura. Havendo uma preocupação de haver algum tipo de cobertura das principais áreas temáticas que correspondiam aos critérios de avaliação da candidatura a CVE. Do ponto de vista do PSD, e até porque tivemos um papel definidor na proposta deste plano, permitiu-se assim, com sucesso, dotar as forças políticas de uma visão ampla e holística dos problemas que afetam a dimensão ambiental do Município, sendo possível conhecer e debater mais detalhadamente cada uma destas áreas. Claro que o sucesso desse debate ou discussão depende, em grande medida, da boa vontade dos interlocutores. E se, em geral, contamos com a boa colaboração da maioria das entidades, em particular das locais, outras houve que deixaram muito a desejar, como foi o caso da Agência Portuguesa do Ambiente, que chegou impreparada e demonstrando um péssimo profissionalismo, prometendo resposta posterior às questões concretas colocadas, resposta essa que ainda aguardamos, ao fim de alguns anos... Já das entidades privadas auscultadas, quer do setor empresarial, quer associativo, foram notórias algumas dificuldades. Sendo agentes relevantes, nas suas esferas de atuação, para os resultados ambientais, foi notória uma dificuldade de diálogo com os decisores políticos. Notando-se também que tinham contributos a dar para melhorar os resultados ambientais nas respetivas áreas, e que não eram auscultados nem envolvidos. Não tanto no processo de elaboração da candidatura, mas mais no da execução. Mas voltaremos a este tema. Das entidades públicas ou paramunicipais era visível o alinhamento com os fins da candidatura a CVE e um maior envolvimento neste processo. Não obstante, foi possível notar, em diversos contactos, um passar de responsabilidades para o decisor político: as coisas são como são porque resulta das orientações dadas pelo decisor político. No caso, o Executivo Municipal. Um exemplo: projetos como o sistema de recolha de resíduos





Payt têm as características que têm, com as suas limitações e objetivos, porque resultou de indicações políticas. Questões que me levam ao terceiro e último ponto da minha intervenção: a avaliação política desta candidatura. Tem sido amplamente afirmado pelo PSD, em todas as intervenções desde que este tema se tornou uma questão central no debate local que, muito mais que o objetivo de ostentarmos a bandeira de Capital Verde Europeia, o mais relevante é o caminho percorrido e os resultados concretos alcançados. E, sob esse ponto de vista, ficou também mais claro o trabalho do Município nesta candidatura, promovendo a criação de uma estrutura própria para a promoção dos estudos e da intervenção na área ambiental, que é o Laboratório da Paisagem, que, pela sua natureza faz a interligação entre o poder político (o Município) e outros setores, em particular a academia, no que foi particularmente bem-sucedido: o Laboratório da Paisagem e a criação da Estrutura de Missão permitem integrar a academia, em particular a Universidade do Minho, no estudo e na intervenção sobre a realidade local. Cabe-nos aqui reconhecer o papel da Doutora Isabel Loureiro na liderança deste processo, que foi, também, incansável nas múltiplas respostas e intervenções que teve nesta Comissão. Não obstante, este modelo tem limitações. O poder político precisa de acompanhar e contribuir para o delinear das políticas públicas. Senão cai-se na situação ridícula a que por vezes assistimos em Guimarães, de ouvir os responsáveis políticos a justificarem as opções que tomam com a posição defendida pelos académicos, e os académicos a justificarem a realidade das soluções existentes com as opções dos decisores políticos. O que demonstra que não basta a eleição de uma bandeira. É preciso o exercício do poder de decisão para que as ideias se transformem em práticas que, estas, se transformem em realidade. E isto, mais do que visão, exige coragem política.” -----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Comissão Especializada de Acompanhamento da Candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, uma iniciativa fantástica, e que com toda a certeza, foi importante para os trabalhos realizados pelo município na Candidatura em questão. Há tanto para dizer e discutir sobre esta comissão, poderíamos com toda a certeza ter muito mais tempo disponível e poderia não chegar. Mas dizia Miguel de Cervantes “A formosura da alma campeia e denuncia-se na inteligência, na honestidade, no reto procedimento, na liberalidade e na boa educação.” A verdade pratica-se, e como tal, deverá ser dito, e por nós, que como partido iniciamos o caminho a meio, e não fomos parte ativa dos trabalhos realizados. Por vários motivos, estivemos longe das audições que foram realizadas neste mandato. Mas por razão alguma seremos parte passiva. Faremos então, no que diz respeito à comissão, uma análise ao trabalho realizado por todas as partes envolvidas, de uma forma neutra e mais descontraída. Destacamos 3 pontos: - O grande envolvimento de entidades ligadas ao Ambiente e à sua conservação. Partes fulcrais para obter outro olhar sobre o tema; - A diversidade de partidos políticos que puderam contribuir com questões e visões díspares; - A dificuldade na elaboração de um relatório final. Se por um lado a visão diferente, vinda de uma entidade como a AVE ou a Resinorte poderão pôr a nu problemas, também será a forma de corrigir o que está errado, ou no mínimo saber que poderá haver discordância. Assim a mescla de perguntas e respostas dos vários espectros políticos, complementadas com as respostas, terão sido obviamente tidas em conta no trabalho final. Acreditamos seriamente que a estrutura de missão utilizou o conhecimento e trabalho que esta comissão adquiriu e desenvolveu durante estes anos. Por isso, saudamos os proponentes desta comissão, que mesmo com dificuldades



conseguiu chegar a um fim. Sobre o relatório, colocamos sem rodeios, a responsabilidade da falta dele, em cima de todos os envolvidos. Se para uns será menos um papel, para nós é um atestado de incapacidade. Sem estar escrito, como se pode refutar. Imaginem que Sócrates, Platão e Aristóteles decidiam nos seus trabalhos não finalizar os mesmos com uma prova escrita das suas dúvidas e conclusões. Poderá soar a algo exagerado para alguém, para nós soa a algo necessário. E não poderíamos deixar de frisar este assunto. Agora a parte escrita após os resultados. Em tudo na vida, quando há uma competição, há risco. Na política até se amplifica esse risco. Quando o poder ou a oposição apresentam um plano, fazem-no sabendo que em caso de derrota serão chamados a praça pública pela outra parte. Mas também o fazem sabendo que se ganharem, irão eles a praça pública vangloriar o sucedido. Mas fazem-no pensando que é o melhor para a população que representam, pelo menos partimos desse princípio. Com a batalha da seleção ganha, avança agora a candidatura para a final. E as finais são para se ganhar. A vitória essa não será sem seria nunca do executivo ou da oposição, mas sim de Guimarães e dos Vimaranenses. Por isso, esperamos que para outubro haja razões para celebrar. Garantimos que no futuro, seremos ativos e contribuidores, noutras comissões que ousem aprovar. Viva Guimarães, e que caminhe avante conquistando a Glória.” -----

**Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito**, do Grupo Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Creio que muito poucos vimaranenses (e incluo obviamente os Srs. deputados) saberão que a atual Capital Europeia Verde é Talin, que sucedeu a Grenoble e que antecede Valencia. De igual forma, para urbes com menos de 100.000 habitantes, o “European Green Leaf” foi atribuído à cidade de Winterswijk, que sucedeu à nossa portuguesa Valongo e antecede

Velenje. Provavelmente, ainda estaríamos muito mais longe de alterar o nosso percurso de férias para visitar Lahli, Essen, Nijmegen, Bristol ou Vitória (todas Capitais Europeias Verdes), pelo que a relevância desta distinção tem de ser colocada no impacto que as políticas ambientais locais se refletem na economia e na qualidade de vida das cidades e dos seus habitantes. Estima-se que até 2050, 66% da população mundial residirá em cidades, o que implicará a expansão significativa dos ambientes urbanos existentes, para além da criação de novas áreas urbanas. Esta rápida urbanização implicou a deterioração da habitabilidade, em particular nos domínios da gestão de resíduos, disponibilidade de recursos, poluição do ar e fluidez nas acessibilidades (tráfego) que causam, para além da deterioração da infraestrutura pública, profundos impactos na saúde. Necessita-se de uma cidade inteligente, ou seja, mais sustentável, eficiente, equitativa e habitável. Será esta a cidade de Guimarães de hoje, a que se candidata a Capital Europeia Verde, ou a cidade que pretende ser ou a que aparenta ser? Não pode ser negligenciado que este reconhecimento se dirige, particularmente, para as áreas urbanas, menosprezando a relevância da coesão territorial e social, fundamental num concelho como Guimarães. A cidade é um elemento distintivo e único, mas todo o território concelhio (e a sua população) contribuem, de forma determinante, para a essência e vivência singular que tao bem nos caracteriza. Mas foquemo-nos na urbe e na distinção. O conceito de cidade sustentável incorpora práticas ecologicamente corretas, espaços verdes e tecnologia de apoio ao ambiente urbano para reduzir a poluição do ar e as emissões de CO2, melhorar a qualidade do ar e proteger os recursos naturais. Como tal, as cidades de hoje adaptaram as suas infraestruturas, garantindo ser facilmente percorridas a pé, de bicicleta ou em sistemas de transporte público ecologicamente corretos. Esse é alias um dos indicadores de avaliação, o da sustentabilidade



da mobilidade urbana, a ser considerado. Reconhece-se o esforço das políticas de mobilidade do Município – as ecovias, o incentivo da bicicleta ou transportes públicos elétricos que vão ao encontro dos objetivos da transição ecológica e da descarbonização. Mas continua-se longe, insistimos, do que seria necessário relativamente a acessibilidades, trânsito (carregadores de energia verde) e tráfego. E também não partilhamos da prática de que penalizando os condutores (com proibições e radares) se resolvem acessibilidades mal planeadas ou mesmo a ausência de vias rodoviárias estruturantes. Mas mesmo no incentivo a uma mobilidade partilhada, tão desejada, como a ferrovia, Guimarães persiste numa incompreensível ausência de acesso rápido a Lisboa, na expansão ou modernização da via férrea, ou secundariza-se na influência das grandes decisões estratégicas de acesso à alta velocidade (reduzindo competitividade na economia e qualidade de vida, objetivos finais do referido galardão). Outro indicador relevante para o sucesso da candidatura prende-se com a gestão e conservação da água e gestão de águas residuais. Tema particularmente sensível em que as alterações climáticas obrigam a uma melhor gestão de água, com a redução de perdas e desperdícios, e a elaboração de um plano criterioso para águas residuais. Exemplo a seguir revela-se na futura Capital Europeia Verde com campanhas de sensibilização públicas “A Semana da Água”. Tem, ainda, Valencia, como objetivo, atingir o seu sistema de fornecimento de água a neutralidade carbónica, fornecer água mais saudável e instalar tanques de água pluviais que permitam recuperar água e evitar em cerca de 60% descargas não controladas. Indicadores igualmente relevantes são o uso sustentável da terra e do solo, bem como a natureza e a biodiversidade. Vai no seguimento das tendências mundiais de colocar a biodiversidade no centro da conceção do projeto, em

ambientes construídos que partilham espaço com natureza, num Ambiente construído positivo para a natureza. Empreendimentos com espaços amigos da natureza e pontes ecológicas para ligar habitats ao ambiente, em que a agricultura urbana e arquitetura verde são, igualmente, incorporadas nestas boas-praticas das cidades inteligentes. Gostaríamos de ter, também, boas práticas que se traduzissem na qualidade de vida dos vimaranenses, em particular, dos seus agricultores (muito responsáveis pela conservação da biodiversidade) mas, aqui, reconhecemos ausência de imaginação, audácia e estratégia em políticas com real impacto neste setor da economia. Também, aqui, poderíamos colher o exemplo de Valencia, com projetos europeus que implementam a produção agroecológica e agroflorestal. Ou, como em muitas Capitais Verdes ou cidades candidatas, ou mesmo Green Leaf, com a promoção de mercados tradicionais e de cadeias curtas, favorecendo os produtores locais e contribuindo para a pegada 0. Com efeito, a intervenção para a sustentabilidade e coesão do território, o uso do solo e da terra, implica um esbater da fronteira entre o urbano e o rural, mesmo intervindo num mosaico que integra o florestal, numa perspetiva de multifuncionalidade, que integra a produção agroflorestal (ou seja, o setor primário) com outras atividades ou setores como o património, o turismo, a cultura, a gastronomia, algo que não se tem enquadrado com as preocupações dos decisores locais. Permitiu esta Comissão de Acompanhamento melhor entender os objetivos da candidatura, assim como conhecer as correções realizadas desde a anterior tentativa. Sobressaiu a forte vontade em demonstrar um maior grau de maturidade de políticas, bem como a correção de pontos menos fortes (resíduos, água, entre outros), reforçando os mais relevantes. Percecionou-se, ainda, a necessidade de mais informar e mais envolver os vimaranenses nestas estratégias e políticas ambientais sustentáveis. O CDS acredita firmemente



que a sustentabilidade ambiental é um fator de desenvolvimento e, como tal, um forte contributo para a qualidade de vida dos cidadãos. Como tal, considera que as políticas e estratégias que promovam, em Guimarães, essa sustentabilidade (respeitando o meio ambiente, o uso dos solos, o espaço rural, a biodiversidade), em diferentes domínios, como a mobilidade, a transição energética, os resíduos e a economia circular, são fundamentais. O CDS acredita, ainda, que as políticas devem sobretudo servir os cidadãos, e as distinções, caso sejam um desígnio, apenas um motivo para melhor trabalhar em prol da comunidade. Esta é a forma de olharmos para a Capital Europeia Verde, que esperamos seja uma realidade e, esperamos mais, seja o motor de desenvolvimento e qualidade de vida para os vimaranenses que tanto merecem”. -----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Esta Comissão iniciou os seus trabalhos em 2018, tendo os mesmos continuado neste mandato. O seu propósito inicial era a clarificação dos aspetos que prejudicaram a candidatura com pontuação negativa e definiram-se as entidades a serem ouvidas. No anterior mandato, e após a substituição de Armindo Costa e Silva por Nelson Felgueiras como Presidente da Comissão, assistimos da parte deste, a uma pressão para que o rumo desta Comissão fosse alterado, ora diminuindo as entidades a serem ouvidas, ora vocacionando o âmbito da Comissão para a nova candidatura, o que foi recusado. Das audições do primeiro mandato, destaco a audição da APA que trouxe uma visão clara dos dados concretos em áreas essenciais de avaliação, suportados documentalmente, que deixaram claro os baixos valores atribuídos em vários indicadores. Das audições do presente mandato, destaco algumas que refletem o cinzento das declarações e outras

que nem por isso. A Vitrus, valorizou o seu papel enquanto parceira do município, focando os resultados na educação das populações e na contratação de mais Guarda-Rios. Ora, podemos concluir que, ou são manifestamente insuficientes ou não tiveram a formação adequada, ou o executivo não atua junto das autoridades competentes, já que como todos sabemos as descargas poluentes continuam a existir. Quanto à Resinorte, deixou claro que apenas é responsável pela recolha e tratamento dos ecopontos, mais concentrada que estava em explicar sobre a sua abrangência territorial. Às questões colocadas e sobre como é possível melhorar os indicadores? A resposta incidiu na necessidade de educar as pessoas a produzirem menos lixo, como se essa não fosse também uma responsabilidade das empresas, adotando modelos de venda com recurso a menos embalagens! Reconheceram que para os resíduos têxteis não existe nenhuma entidade gestora. Quanto à anterior candidatura, e na área da sua competência não indicaram nenhum dado esclarecedor, dizendo que respondem apenas por um indicador, como se não fosse isso mesmo que pretendíamos apurar. Por outro lado, na audição da AVE – Associação Vimaranense Ecológica, constatamos, que consideram que o trabalho foi centralizado, focado na sensibilização das escolas que, não respondeu às transformações necessárias, relativamente a outras cidades. Afirmaram também que, a via do AVEPARK contrasta com o desígnio de ser Capital Verde Europeia, o caráter meramente informativo do Conselho Consultivo e a conclusão de que não existe proximidade entre a Estrutura de Missão e as várias entidades que dela fazem parte. Apontaram ainda o desordenamento da construção feita, como negativo para a candidatura. Na audição da Estrutura de Missão ouvimos uma vez mais discorrer sobre o organograma de estrutura, educação dos jovens e adesão a redes de conhecimento. A questões sobre as alterações que podem influenciar os novos indicadores,





respondeu a Dra. Isabel Loureiro que, a transformação dos cidadãos é essencial. À pergunta se devido à quantidade de grupos criados é possível ter-se perdido objetividade, que conclusões tira para a nova candidatura? Respondeu com o 2º lugar alcançado no indicador governança. Mas, não se pense que os trabalhos não tiveram os seus momentos cómicos! Se inicialmente a Resinorte indicou a Diretora de Marketing, o que não aceitamos como se compreende, com a audição da CCDR-N não foi melhor. Pese embora a coragem do Dr. José Canguero melhor teria sido que o tivessem poupado a ele e a nós, do constrangimento de o próprio ter de reconhecer incapacidade em responder dado o seu desconhecimento sobre o tema. Daí que os partidos instaram o Presidente da Comissão a diligenciar novo agendamento com alguém mais apto a responder a esta Comissão, já que as perguntas preparadas ficaram sem resposta. E, tal aconteceu, desta vez com a presença do Prof. Dr. António Cunha. A questões como qual o papel da CCDR-N quanto à mobilidade, despoluição dos rios, o que há de diferenciador na nova candidatura, às dificuldades apresentadas pela APA na sua audição, quanto à descarbonização e se não se deviam operar primeiro as mudanças e só posteriormente a candidatura, sobressaem, novamente, respostas vagas e de total alinhamento com o Município quer quanto à mobilidade, quer quanto à ferrovia para o quadrilátero – gostaríamos de saber qual? Reconheceu as fragilidades da candidatura, sem, contudo, haver um elencar concreto dessas fragilidades, tendo indicado o PDM como o milagre da transformação. Com a audição da CIM do AVE, constatou-se pelas palavras da Drª Marta Coutada que a CIM foi mera expectadora em todo este processo, o que para o Bloco é preocupante, dado o papel da CIM na intermunicipalidade. Destacou o compromisso do Município quanto à rede ferroviária no quadrilátero, que perante os últimos dados somos levados a

concluir que entre nós e o Município não há o mesmo entendimento sobre ferrovia. Enquanto membro da Comissão, o Bloco constata uma vez mais que não bate a bota com a perdigota. Na audiência da Câmara Municipal, estiveram presentes Domingos Bragança e a vereadora Adelina Pinto. Sobre a falta de interação revelada por algumas entidades; se foram feitas as necessárias correções relativamente à anterior candidatura; sobre a execução de planos comunitários para a neutralidade carbónica; questões sobre o transporte a pedido; a fraca posição dada pela ERSAR à qualidade da água; etc., começam por dizer que: Não percebem a leitura sobre divergências entre as várias entidades. Quanto à qualidade da água referiu as inúmeras medidas e o grau de exigência, mas não foi apresentado nenhum dado concreto e objetivo dessa evolução. Falaram da inspiração que Guimarães é para outras cidades, da importância de estar em redes internacionais. De notar que Domingos Bragança enfatiza o transporte ferroviário para a descarbonização e a sua importância na ligação à Alta Velocidade, do que, pela posição atual do município, podemos concluir que muda de opinião à velocidade da luz. Ao pedido sobre acesso ao documento da nova candidatura, refugiam-se numa autorização do Comité Externo, impedindo o acesso a informação relevante para os trabalhos da Comissão. Quanto ao Plano do Arvoredo Urbano, assinado em 2021, com um ano para implementação, em setembro de 2022 não estava ainda concluído. Havia ficado decidido que, apresentaríamos um relatório/conclusão dos trabalhos desta Comissão, em duas atas está isso bem claro. Contudo, por falta de tempo não o conseguimos elaborar para esta Assembleia Extraordinária. Tinha ficado também definido que, devido à sua importância, seria anexado aos documentos no portal a nova candidatura, uma vez que já foi submetida e tem de ser do conhecimento público, mas afinal tínhamos de a consultar no Laboratório da Paisagem. No período em que tive disponibilidade para o



fazer, e porque o documento está em inglês, foi possível fazer algumas observações: Guimarães introduziu voluntariamente o Plano de Controle da Qualidade do Ar – diretiva 2008/CE, no início de 2023; a rede de água regista perdas de 33%; a área verde privada é de 27.76%, ao passo que a pública é de 11.76%. Assim, compete-nos apresentar as nossas conclusões individualmente. De forma imposta ou subentendida houve uma postura de não apresentar dados quer sobre a anterior candidatura, quer sobre evolução e dados da nova. Na maioria das audições a informação foi genérica e parca em informação. Soubemos na semana passada que Guimarães é finalista na corrida a Capital Verde Europeia, desejamos todos receber o título, pelo que isso significa em projeção para Guimarães, mas principalmente pelo caminho rumo à neutralidade carbónica e à sustentabilidade ambiental. Aguardemos com serenidade, expectativa, mas com alguma dose de realismo”. -----

**José Manuel Torcato Ribeiro**, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta o texto que a seguir se transcreve: “Somos chamados a dissertar sobre a Comissão Especializada de Acompanhamento da Candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia. Esta Comissão surge da Declaração de Consenso Político sobre a candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, assinada por todos os partidos em março de 2017. Vejam como estamos longe da ideia de que o órgão Assembleia Municipal poderia fiscalizar todo o processo. O que aconteceu de 2017 até 2023 é história que se reconstitui através de e-mails, de pequenas atas, de algumas intervenções que foram feitas na Assembleia Municipal. Entretanto, Guimarães já entregou a segunda candidatura, que segundo o que sabemos com mais dados, com mais saber adquirido, com projetos terminados, com um trabalho muito extenso de um caminho que foi percorrido com as opções do executivo

camarário que pouco ouviu. Alguns dos que estão presentes nesta sala recordam-se das reuniões da Comissão Consultiva da Candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia em que éramos convidados apenas para ouvir, uns resumos, umas ideias, o que se ia fazendo, contudo, raramente éramos chamados para “fazermos parte” do processo. Não é de hoje que a CDU lamenta o pouco envolvimento dos partidos da oposição e até da população. Ao fim de quase 6 anos, a senhora vereadora Adelina Pinto, responsável pela candidatura, concordou com o que a CDU sempre alertou, os projetos de sensibilização para as crianças eram muito importantes, mas não estávamos a chegar à população, aos adultos, aos mais velhos. Perguntamos aqui muitas vezes quantos vimaranenses sabem onde fica o Laboratório da Paisagem? Para que serve? O que lá se faz? Quantos vimaranenses sabem o que representa para Guimarães ser Capital Verde Europeia? Saberão que depois da medalha ao peito, que todos nós nos iremos orgulhar de carregar, muito haverá ainda por fazer? Que depois da possível conquista, fica o compromisso ainda maior com o Ambiente, com as metas de descarbonização, com as promessas feitas às gerações futuras? Na primeira candidatura parâmetros como a água, os solos e a energia ficaram aquém do que seria de esperar. Com a revisão do PDM e algumas declarações que fomos ouvindo dos responsáveis temos muitas dúvidas que se esteja a olhar para os solos do nosso concelho com a devida atenção. Os solos são a “riqueza” que precisamos de proteger. É dos solos que saem os alimentos para humanos e animais, é nos solos que corre a água que é tão necessária à sobrevivência, é dos solos que retiramos os recursos naturais para o desenvolvimento, é nos solos que construímos as habitações e as indústrias, nas grandes tempestades é dos solos que esperamos a resistência para absorver a água e não provocar inundações, é nos solos que construímos as estradas e as ferrovias, são os solos que merecem



classificação que os protejam porque são também a casa da biodiversidade. É a água poluída que mantemos no território, menos do que no passado, é certo, mas continua poluída. Continuamos a ser um concelho sem uma praia fluvial onde se possa tomar banho de forma segura. E por isso, senhoras e senhores deputados, precisamos de olhar para esta janela de oportunidade, que está a ser construída com o trabalho valioso de investigadores, técnicos, professores, entre tantos outros, como uma oportunidade para envolver todos e não só para servir de parangona. Hoje estamos aqui reunidos para falar sobre a Comissão Especializada de Acompanhamento da Candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia que tinha como objeto primeiro a candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia que não saiu vitoriosa, depois passou a ter como objeto a nova candidatura, que prometia ouvir uma série de instituições. Passaram 6 anos desde a sua constituição, o seu trabalho resume-se a 12 atas e nenhum relatório. As instituições ouvidas pela comissão, estavam realmente comprometidas com a candidatura, planeando projetos que podiam ser uma mais valia para o território e para a candidatura, mas da candidatura em si, pouco ou nada sabiam. Esta foi a primeira comissão que se constituiu e que se levou até ao fim, que só por acaso e coincidentemente, terminou com a entrega da segunda candidatura. Muito se aprendeu do que não podemos voltar a fazer, da dificuldade que é obter informação, que o executivo só apresenta os projetos e planos quando já estão fechados e discutidos. Uma das entidades ouvidas referiu que em Guimarães as pessoas não estão habituadas à participação ativa porque sabem que nos raros momentos em que são chamados a pronunciarem-se a sua opinião de nada valerá. Da parte da CDU desejamos que depois da *shortlist* Guimarães conquiste o título e que daqui para a frente sejamos capazes de exigir mais democracia e mais participação das pessoas porque

sem elas de nada adiantará a medalha ao peito”. -----

**Hugo Francisco Monteiro Teixeira**, do Grupo Municipal do PS, e na qualidade de Presidente da Comissão Especializada, começou por agradecer a todos os membros que integraram a Comissão, incluindo os que a integraram em regime de substituição, pelo empenho e dedicação demonstrada ao longo dos anos na prossecução dos trabalhos. Agradeceu, igualmente, a disponibilidade manifestada por todas as entidades que acederam às audições, prestando informações relevantes para o Concelho de Guimarães e para a Comissão. Agradeceu, por último, aos serviços da Assembleia Municipal pelo apoio administrativo prestado. Prosseguindo, destacou o salutar e normal decorrer dos trabalhos da Comissão, referindo que as divergências de opiniões, naturais e evidentes em muitos temas, não impediram a boa execução e conclusão dos trabalhos e, sobretudo, não deixaram que permanecesse sempre na mente qual o melhor caminho para o Concelho. Relativamente à conclusão dos trabalhos, referiu três pontos essenciais: O primeiro ponto respeita ao facto de ter ficado evidente que houve o empenho do Município, e de todo o Executivo Municipal, na preparação da candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, tendo, entre outros, estado no terreno para conhecer a realidade do Concelho, percebendo quais os problemas que teriam de ser mitigados, e identificar as melhores soluções para o desenvolvimento sustentável de Guimarães; O segundo ponto, para destacar que o sucesso obtido se deve ao forte envolvimento da sociedade vimaranense e às múltiplas associações e entidades locais, intermunicipais, regionais e nacionais, permitindo perceber que há uma forte preocupação com as matérias de políticas ambientais e com aquele que é um grande problema atual, as alterações climáticas, referindo a implementação do programa PEGADAS, que assenta na educação e sensibilização para as políticas ambientais dos mais jovens e as



Brigadas Verdes nas freguesias do Concelho, que têm a finalidade de estimular e reconhecer as boas práticas ambientais no território; O terceiro ponto, para destacar o caminho de maior relevo da candidatura, iniciado em 2013, com a liderança do Presidente Domingos Bragança, porque quando se implementam políticas públicas deseja-se que estas encontrem reflexo no modelo de sociedade a que se pretende, e, por isso, esta candidatura é de mudança de mentalidades, que se quer implementar nos cidadãos e no Concelho de Guimarães. Acrescentou que tudo o que atrás referiu ficou demonstrado com a passagem de Guimarães à *shortlist* na corrida a Capital Verde Europeia 2025, um sucesso que disse acreditar que é partilhado por todos os vimeirense. Em termos conclusivos, disse acreditar que os trabalhos da Comissão Especializada foram bem-sucedidos, os partidos políticos e os membros que a integraram ficaram mais informados, as entidades envolvidas mais enriquecidas e preparadas para os desafios que encontram nas suas áreas de atuação e a própria democracia saiu mais sã e mais robusta, num momento em que todos sentem que a sua voz é auscultada e é tida em conta. Finalizou, realçando que Guimarães merece o melhor de todos. -----

**Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos**, do Grupo Municipal da IL, disse que é com profunda sensação de gratidão e de sentimento de missão que hoje se dirige a todos, em nome da Iniciativa Liberal, pelo término dos trabalhos da Comissão Especializada de Acompanhamento da Candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, lembrando que apenas passaram a integrar a Comissão no início do presente Mandato. Considerou positivo o resultado obtido, que ainda não se alcançou, mas que está perto de ser conseguido. Considerou que a jornada foi um excelente exemplo de que quando todas as ideologias convergem para um só objetivo todos saem a ganhar enquanto

partidos políticos, mas, sobretudo, enquanto vimaranenses. Considerou, também, um privilégio trabalhar ao lado de pessoas extraordinárias, cuja dedicação e vontade de fazer mais e melhor pela sua cidade imperou, destacando Hugo Teixeira que liderou de forma exímia e equilibrada, tendo, em conjunto com todos os membros, concluído os trabalhos da Comissão de forma colaborativa e respeitosa. Acrescentou que ser Capital Verde Europeia não se circunscreve apenas a resultados ou reconhecimentos, sendo também a oportunidade de deixar um legado para gerações futuras, mais sustentável e responsável, prova de que somos resilientes e que, por muito que a última candidatura não tenha corrido como todos ambicionavam, o trabalho foi aperfeiçoado. Acrescentou, também, que com esta candidatura assume-se uma responsabilidade de liderar pelo exemplo e a inspirar outras cidades portuguesas, e não só, a abraçarem práticas mais sustentáveis e ambientalmente conscientes. Por fim, ressaltou os seguintes três pontos que, na sua opinião, são importantíssimos para o futuro, e que retirou da sua participação na Comissão: Primeiro - que é de extrema importância envolver a sociedade na definição e execução de políticas ambientais e reduzir, também, a injustiça social associada à má definição de pagadores e beneficiários nas políticas ambientais; Segundo - que o trabalho desenvolvido por todas as empresas de tratamento de resíduos é essencial para melhorar a qualidade ambiental de Guimarães, sem ignorar a responsabilidade social e ambiental que todas possuem para com os cidadãos e o Município; Terceiro - ressaltar que todos os projetos envolvidos em Guimarães até então, no sentido de envolver a sociedade na melhoria da qualidade ambiental, tais como o programa PEGADAS, o sistema tarifário PAYT e a recolha de resíduos orgânicos, são essenciais para o desenvolvimento do nosso futuro. Concluiu, dizendo reiterar o





agradecimento a todos os que integraram e participaram nesta Comissão e esperar que, no início do mês de outubro, todos festejem conjuntamente. --

AMBIENTE -----

## **2 - ANÁLISE DO TEMA AMBIENTE.** -----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A preservação do ambiente é uma prioridade pois somos os atuais testamenteiros da herança ambiental intergeracional. Para o CHEGA a defesa equilibrada e ponderada do ambiente constitui uma causa nacional e humanista, como conservadores liberais que somos combateremos pela causa que a conservação da natureza representa. Nos últimos tempos assistimos a uma apropriação da causa ambiental, de tal forma que se passa a ideia errada da exclusividade do tema num espectro político. Na verdade, há sim quem ponha uns pontos à frente de outros, por visão política, puramente estratégica, e não como uma causa. Em Guimarães o tema é comum e transversal a todos os representantes desta Assembleia. Todos de forma diferente apresentam proposta mais ou menos elaboradas. Felizmente temos essa preocupação em mente e o trabalho realizado, não só propostas como intervenções sobre o tema. Contudo num aspeto mais amplo e porque o nome do tema o permite, irei deixar outras questões que não falamos aqui anteriormente. Poderemos falar sobre o Lítio. Senhor Presidente, há alguma atualização sobre a prospeção no eixo seixoso-vieiros? Podemos falar sobre os incêndios. Senhor Presidente, estão as necessidades dos bombeiros identificadas para a defesa da floresta e para o combate ao fogo? Podemos falar sobre saneamento. Senhor Presidente, quando pensa cobrir todo o território com a rede pública de distribuição de água? E o saneamento? Cobre que parte do território”. -----

**André Filipe de Castro e Sousa Casalta**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Este projeto de candidatura passa ao lado dos problemas no acesso de e para a cidade, esquecendo até o problema de trânsito no interior da mesma, bem como de uma revisão do PDM que assumida e inevitável para aumentar a área de construção. Posto isto, perguntamos: Face à ausência de diagnóstico e soluções no projeto, que medidas estão previstas para resolver o problema de acessibilidade à cidade nos seus diferentes quadrantes? Em que medida é que a candidatura prevê a articulação da mobilidade urbana com o desenvolvimento do território? O que está previsto no projeto de candidatura em termos de articulação com o PDM em revisão, e como se prevê conciliar o aumento exponencial de área de construção para combater as problemáticas da habitação e das empresas?” -----

**Paulo Miguel Lima Peixoto**, em nome do Grupo Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Antes de mais é justo dar os parabéns ao executivo vimaranense pelo facto de Guimarães ter passado à fase final e fazer parte da *shortlist* de cidades candidatas a Capital Verde da Europa em 2025. Contudo, não obstante o atrás descrito, uma cidade que persegue esse título tem de ser coerente e estar alinhada com os princípios que defende. E infelizmente para os vimaranenses e para quem nos visita, em termos de mobilidade, nós não somos propriamente o exemplo das boas práticas. É um calvário circular em Guimarães, independentemente da hora, do local ou do destino que queremos seguir. E por impossível que pareça, o que antes tinha alguns constrangimentos perfeitamente identificados, como o nó de Silvaes, por exemplo, agora é generalizado a toda a zona urbana da cidade. Continuando na mobilidade, esta sem congestionamentos, viajamos até à via de acesso ao AvePark. Todos estaremos de acordo com a pertinência da sua existência e a



importância da mesma para a viabilidade e sucesso do Parque Ciência e Tecnologia. O que já não é consensual é a forma de a concretizar. Aliás, pragmática e até corajosa, foi a decisão da Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território – IGAMAOT, emitindo uma decisão desfavorável e inviabilizando a decisão tomada pela Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Norte, que tinha determinado a utilização não agrícola de cerca de 159.000 m<sup>2</sup> de solos da RAN para implementar a nova via de acesso ao Parque de Ciência e Tecnologia AvePark. Esta decisão da IGAMAOT vem atrasar mais um processo que só por si está atrasado 15 anos, pois o AvePark, uma infraestrutura fundamental para a instalação de empresas de grande intensidade em conhecimento científico e tecnológico continua longe dos centros de conhecimento e a facilidade nas acessibilidades são fundamentais para o sucesso destas estruturas. O Parque de Ciência tem de ter acessos condignos que incentivem a criação e captação de empresas, em particular start-ups, ou de centros tecnológicos em que a acessibilidade e a mobilidade são um critério diferenciador perante outros Parques homólogos. E nessa matéria, todos sabemos que o AvePark não é competitivo. Mas não podemos escudar-nos na necessidade nem na urgência para tomar decisões ao arrepio das regularidades. Na verdade, esta decisão política demonstra uma falta de visão, de planeamento e de capacidade de gestão e inovação, prejudicando o funcionamento do Parque de Ciência e Tecnologia AvePark e toda a sua importância no contexto estratégico de desenvolvimento do concelho. E enquanto se discute e revogam estes processos, continuamos parados...parados no trânsito e no desenvolvimento do concelho... parados na verdadeira aceção da palavra. Ambiente também é qualidade de vida. Aquela que maioria dos vimaranenses não têm, por falta de habitação. Mais

uma vez as medidas são avulsas, demoradas, e na prática não estão disponíveis no mercado. Os jovens continuam a não ter opções de fixação em Guimarães e o executivo tem a obrigação de implementar políticas públicas que contrariem esta realidade. Queremos um ambiente propício a querer viver, mas mais que isso, a ter qualidade de vida vivendo em Guimarães. Para isso urge tomar medidas, que, não obstante serem urgentes, também devem ser tomadas de forma assertiva.” -----

**Ana Margarida da Costa Teixeira**, do Grupo Municipal do PSD, referiu que o ruído é um dos critérios de avaliação da candidatura a Capital Verde Europeia e que no site do Município apenas consta o mapa de ruído do ano de 2017. Neste contexto, levantou as seguintes questões: Por que razão, caso haja, não é cumprida a obrigação de a Câmara Municipal apresentar de dois em dois anos a esta Assembleia Municipal um relatório sobre o estado do ambiente acústico municipal? É feita uma avaliação periódica ao ruído da cidade, com especial incidência nas zonas de maior conflito acústico? Foi criado um plano de gestão da qualidade do ruído ambiental? Foi elaborado um plano municipal de ruído? Por fim, sugeriu a implementação de uma plataforma que possibilite consulta pública sobre a qualidade do ambiente urbano da cidade, fazendo, assim, uma consciencialização pública sobre comportamentos. -----

**Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro**, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Falar de política ambiental em Guimarães é falar de duas realidades distintas: a propalada pelo executivo da Câmara Municipal e a que de facto se verifica. A construída para europeu ver e a sentida quotidianamente pelas e pelos vimaranenses. A que se maquilha como a vanguarda europeia em matéria ambiental e a que promove agressões ambientais irreversíveis ao território. Esperamos, como todas e todos os vimaranenses, que Guimarães



conquiste o galardão de Capital Verde Europeia. Mas uma eventual e tão aguardada vitória não pode obliterar a crua realidade do rumo seguido pelo executivo vimaranense e pelo PS. Assistimos a uma política em matéria de ordenamento do território de crescente betonização do espaço verde e áreas públicas. Veja-se o processo gradual de construção na encosta da Penha, que durante décadas destruiu área florestal com vista à edificação de habitação, muita de luxo, promovendo a impermeabilização dos solos. Este processo foi abrandado já tarde, não deixando irreversivelmente de ser uma herança do PS Guimarães. No entanto, desengane-se quem acredita numa mudança de rumo. A revisão ao Plano Diretor Municipal demonstra que o caminho seguido pelo município obedece à lógica do costume – mais betão, menos espaços agrícolas, florestais ou de fruição para a população. A suposta motivação é aumentar a área habitacional e combater a ausência de habitação em Guimarães. A nossa resposta firme é que o problema não é a área destinada à habitação, mas a sua natureza e a ausência de um parque público de habitação dentro destas áreas. Assim, Sr. Presidente, e tendo em conta a construção de luxo em crescimento, está em condições de garantir que será possível ter em Guimarães habitação a preços controlados que acabe com o êxodo dos Vimaranenses e para quando? Relativamente aos bairros do IHRU, para quando a dignificação da habitação daquelas famílias? No âmbito da mobilidade, o executivo continua a não apresentar uma visão de futuro. Se alguns avanços terão sido feitos em matéria de redução do passe do transporte urbano para certas franjas populacionais, a Câmara continua a não assumir o objetivo da gratuidade dos transportes públicos como um desígnio para a redução da emissão de gases poluentes e descongestionamento do trânsito automóvel. Na ligação com os concelhos vizinhos, os vimaranenses continuam dependentes essencialmente das

ligações rodoviárias. A ferrovia continua uma miragem. O objetivo da ligação ferroviária da ligação entre Guimarães e Braga esbarra na inércia do poder municipal e nas vistas grossas do governo central, descurando-se assim um investimento estratégico para o desenvolvimento da região e para o bem-estar das populações. O BRT tornou-se de rompante a mágica resolução para as necessidades dos vimaranenses na ligação à cidade de Braga, mascarando a sua real natureza – um serviço rodoviário modernizado e enfeitado para parecer uma solução e não parte do mesmo problema. Ainda na nossa intervenção anterior, ficou claro a mudança de intenções nesta matéria, se antes a ferrovia era o caminho para a descarbonização, porque é que deixou de ser? Falar de política ambiental em Guimarães nesta altura não é possível sem referir o tema da construção da via de acesso ao Avepark. Está em curso uma das maiores agressões ambientais, senão a maior, de todo o legado do Partido Socialista em Guimarães. Um projeto megalómano com uma extensão de 7 km cuja pertinência nunca foi verdadeiramente fundamentada, nem encontramos evidências do impacto positivo que pode trazer para os Vimaranenses. Um projeto que prevê arrasar milhares de km<sup>2</sup> de áreas de Reserva Agrícola e Ecológica. Que irá descaracterizar o território em questão e prejudicar os recursos hídricos da região, essenciais para a exploração agrícola. Tivemos oportunidade de contactar com populares cujos terrenos agrícolas serão atravessados pela via, que nos demonstraram a sua enorme preocupação. Mostraram-nos um curso de água, utilizado quotidianamente para o regadio, que pura e simplesmente deixará de existir. Como esse, existirão muitos mais danos irreversíveis, que o Partido Socialista insiste em assumir como um desígnio de futuro para o concelho. Caro Presidente, para o futuro ficará somente uma herança pesada e negativa, de quem prioriza a própria megalomania ao invés do superior interesse das e dos vimaranenses e da sua terra. Senhor Presidente, que



estudos fundamentam a imperiosidade desta via? Que garantias tem, de que a subsistência de quem vive da terra não será afetada? O que acontecerá com os cursos de água que estão no traçado? Da matéria ambiental faz parte a reciclagem. Existem vários projetos para o futuro, sobretudo, para que se possam cumprir as metas comunitárias. A lógica do produtor pagador tem tido resultados abaixo do expectável, considera alterar o paradigma para uma lógica de reciclador beneficiário? Quanto custa atualmente o tratamento de lixo urbano indiferenciado por tonelada? Senhor Presidente, temos ouvido à exaustão que o caminho se faz caminhando, concordamos. Mas de tão longo que tem sido, é legítimo duvidar se a meta será alcançada. Veremos a luz ao fundo do túnel ou ficaremos para sempre na escuridão e no vazio de projetos e *projetinhos* incapazes de alterar verdadeiramente a realidade? -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Susana Gabriela Meireles Campos Nunes. -----

**Ana Sofia Rodrigues Teixeira**, do Grupo Municipal do PSD, referiu que a qualidade do ar é um dos critérios fundamentais da avaliação da candidatura a Capital Verde Europeia. Deste modo, colocou as seguintes questões: como está a ser monitorizada a qualidade do ar no Concelho? Que medidas foram tomadas, desde a aprovação da Carta da Qualidade do Ar, para melhorar a qualidade do ar nas zonas críticas lá mencionadas? Decorridos seis anos, onde estão os pontos de medição fixos na Carta de Qualidade do Ar e que critério foi definido para a sua localização? Que medidas foram tomadas ao nível das zonas de baixa emissão? O que pensa o Município fazer para controlar as emissões poluentes das instalações industriais situadas na cidade? Já foi aprovado o Manual de boas práticas?-----

**Inês Alves Rodrigues**, do Grupo Municipal da CDU, fez a sua intervenção, lendo, em voa alta, o texto que a seguir se transcreve: “Nesta Assembleia Extraordinária que dedicamos ao ambiente, a CDU tem um conjunto de contributos a dar, partindo sempre dos problemas concretos do concelho e tendo por base o nosso projeto de desenvolvimento social, de construção de uma sociedade mais justa, e de preservação do planeta e dos seus recursos. A garantia do direito à mobilidade e o incentivo ao uso dos transportes públicos é assunto que frequentemente trazemos a esta assembleia. Mais uma vez afirmamos que é preciso lutar pela ferrovia, como solução de mobilidade pouco poluente. Em 2016 Guimarães via com bons olhos e esperança a passagem do Alfa Pendular. Nas notícias da altura justificava-se a vinda do alfa a Guimarães pela importância do concelho para a Região e o País, bem como sendo um passo importante para a valorização da candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia. Esta importante conquista, realizada numa fase da vida política nacional caracterizada por um conjunto de avanços na reposição e conquista de direitos do nosso povo, caiu por terra em 2020, momento em Guimarães passou a ter apenas uma ligação direta por intercidades a Lisboa, situação que perdura até hoje. Não conhecemos por parte do executivo nenhuma reivindicação pública para o Alfa Pendular volte a Guimarães ou, no mínimo, para que haja um segundo horário de intercidades. Reconhecendo que passos foram dados na promoção da utilização do transporte público coletivo pelos vimaranenses, a democratização do transporte público exige no concelho uma rede de transporte que vá de encontro às necessidades de todos e se assuma como uma verdadeira alternativa ao transporte particular, tendo de ser mais barato e mais conveniente. Também em relação aos parques e espaços verdes do concelho vemos com preocupação o estado de degradação de alguns parques, como o Parque de São Jorge, preocupação que já trouxemos





a esta assembleia, ou o parque de Lazer de Gondomar, onde a ponte caiu. A manutenção e a realização das intervenções nestes espaços de lazer e contacto com a natureza não podem ficar à mercê das prioridades ou capacidades financeiras das juntas de freguesia. Quanto à qualidade das águas e das praias fluviais, identificamos a necessidade de um trabalho urgente junto das praias fluviais do concelho para garantir espaços de lazer no verão para os vimeanenses e visitantes que mereçam bandeira azul. A despoluição do Rio Ave, do Rio Selho e do Rio Vizela, são processos demasiado antigos e com avultado investimento, mas continuamos sem qualquer oferta. De forma a promover a economia circular e a combater a obsolescência programada, torna-se necessário que o município promova campanhas de reparação de eletrodomésticos, num momento em que a situação socioeconómica das famílias também se agrava. E porque hoje a discussão está a ser feita à volta do Ambiente não podemos deixar de questionar se a solução da via do AvePark não é apenas uma solução que trará a destruição de muitos hectares de solos classificados, agrícolas e de reservas de ecológica, será que vale a pena? Será que a situação não ficaria resolvida com uma ligação à autoestrada? Depois da destruição que a construção da Via do Avepark vai provocar, quantos mais hectares de solos agrícolas e de reserva ecológica vão ser precisos para a construção do Metro Bus? Que alterações estão a ser feitas na Revisão do PDM para transformar solo RAN e REN em solos urbanizáveis? O que está previsto para os solos impermeabilizados que temos em todo o nosso concelho, casas e indústrias, que poderiam estar a ser utilizados, em vez de se procurar impermeabilizar novos solos. Havia tanto para dizer e discutir e refletir sobre Ambiente no nosso concelho, contudo, senhor presidente, relembramos que a limpeza do leito do Rio Ave para a construção da ecovia em Brito ficou a descoberto um

coletor que está claramente subdimensionado e que verte esgotos para o rio de noite e de dia. A CDU já trouxe este problema, a esta assembleia, e não podemos deixar de o referir de novo. Já sabemos que o senhor presidente nos vai dizer que a culpa é deste e daquele, que já está sinalizado, que é um assunto que está a acompanhar. Mas enquanto estamos aqui a conversar sobre Ambiente estão dois coletores a poluir os solos e a água de dia e de noite, se calhar há anos!” -----

**Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Ainda no mês de maio deste ano viemos a esta câmara demonstrar a nossa preocupação com os dados divulgados pela VIMÁGUA e o parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, que qualificava como ineficiente a percentagem de água não faturada que entra no sistema. Em 2014 o objetivo estratégico da Vimágua era ao nível da perda da água “Redução do indicador da água não faturada por perdas até 2020 para valores da ordem dos 25%”, tendo em 2020 sido de 33,16% e em 2021 este indicador atingiu um valor de 34,27%, ou seja, muito longe dos 25% e sempre a aumentar. No contrato delegado este ano, prevê-se atingir em 2027 um valor inferior a 20%, na senda dos anteriores resultados, esse valor é irreal face á inercia em resolver este problema! A água não faturada tem relevância na Taxa dos Recursos Hídricos, conforme no dia a Agência Portuguesa do Ambiente, além de que tem repercussão na Vimágua e no consumidor, por isso pergunto-lhe Sr. Presidente: - o que foi feito para assegurar os objetivos estratégicos estabelecidos para 2020? E o que é que falhou? - qual o valor da taxa de recursos hídricos que a Vimágua tem de suportar em virtude da ineficiência deste indicador? - qual a repercussão desta taxa no consumidor final?” -----

**José Inácio da Fonseca**, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção,



lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Em pleno 2023 é relativamente fácil encontrar unanimidade sobre a importância do caminho percorrido, ou sobre a necessidade de instituímos o caminho de sustentabilidade e das políticas climáticas nas nossas freguesias e na nossa cidade. Mas, recuemos dez anos. Recuemos até 2013, altura em que poucos falavam, poucos reconheciam a importância e poucos reclamavam este caminho. O Senhor Presidente Domingos Bragança e o seu Executivo anteciparam esse caminho, que hoje reconhecemos como óbvio. E este é o mérito que devemos continuar a sublinhar. Se Guimarães está hoje “no pódio da sustentabilidade”, como escreveu o ex-secretário de estado Professor José Mendes, ou se hoje vemos reconhecido “o trabalho desenvolvido pelo Município e pelo seu empenho nas políticas de resíduos, mobilidade, energia, clima, conservação da natureza e biodiversidade”, como escreveu o atual ministro do ambiente e da ação climática, Duarte Cordeiro. Muito se deve a quem acreditou, desde o início que este tinha de ser o caminho a percorrer. Quem acreditou que valia a pena a aposta no desenvolvimento sustentável, na investigação, na educação, na sensibilização ambiental e na mobilização dos cidadãos para um desígnio comum. A notícia de que Guimarães é uma das três cidades finalistas para o prémio de capital verde europeia é mais um reconhecimento de todo este trabalho, como foi em 2017 com o 5.º lugar alcançado. Mas também têm ocorrido várias distinções nacionais. A última foi a de Município com maior número de Eco-Freguesias. Na edição de 2023, tivemos 19 freguesias galardoadas: Aldão, Barco, Briteiros Santo Estêvão e Donim, Brito, Caldelas, Costa, Creixomil, Fermentões, Gondar, Guardizela, Leitões Oleiros e Figueiredo, Longos, Penselo, Ponte, Prazins Santo Tirso e Corvite, Ronfe, São Torcato, Silvares e Urgez. Como referiu o Senhor presidente Domingos

Bragança, “um caminho do local para o global”. A candidatura apresentada, e que os partidos tiveram oportunidade de consultar, é um documento extenso, técnico, mas onde está plasmado o trabalho de excelência de uma equipa multidisciplinar, que foi desde os técnicos municipais e das empresas participadas, a investigadores e membros da Academia. Um documento onde se demonstra a evolução positiva. Onde se demonstra de onde viemos, o que temos, e onde ambicionamos chegar. Mostra a capacidade de mobilização dos cidadãos e o compromisso alargado de todos, onde se atesta que este é um caminho sem partidos, e com um claro ponto de chegada. O aumento das áreas verdes, da cobertura arbórea em contexto urbano, a diversidade de espécies, as áreas de interesse de biodiversidade, a qualidade da água, a evolução na recolha de resíduos e na promoção da economia circular, o trabalho de combate às alterações climáticas ou no transporte público descarbonizado, são áreas onde fomos encontrar no documento consultado uma evolução positiva. Está tudo perfeito? Longe disso. Há um longo caminho a percorrer, mas o que esta seleção para o pódio nos mostra é que estamos a percorrê-lo, validando a evolução e a visão de território na área ambiental. Mas deixem-me voltar atrás para sublinhar a criação e o crescimento do Laboratório da Paisagem. “O Laboratório Paisagem tem demonstrado a razão da decisão do Município de Guimarães e das Universidades na sua criação”, como referiu a Sra. vereadora Adelina Pinto, a atual presidente da Instituição. São quase 10 anos, de projetos, de investigação e de educação ambiental que ajudaram a suportar esta candidatura. Com investigadores e técnicos que, diariamente, estão nas nossas escolas, na comunidade, nas freguesias. Que auxiliam, cada um de nós, cada membro dos Executivos das Juntas de Freguesias ou das Brigadas Verdes. Uma instituição que é hoje reconhecida local, nacional e internacionalmente. Uma instituição que tem sido essencial na coordenação



desta candidatura a capital verde europeia, a par com a Estrutura de Missão 2030. Esta seleção de Guimarães como uma das três cidades finalistas é também o reconhecimento deste trabalho que está a ajudar a mudar o território, as instituições e os cidadãos. No documento da candidatura fomos constatar o trabalho aí vertido, da Vimágua à Vitrus, e de todas as outras organizações que, direta ou indiretamente, têm projetos, ações ou atividades e que contribuem para um concelho mais verde. Como território que se inova, juntando a cultura e o ambiente, e o bom exemplo do projeto do Bairro C – compromisso de carbono zero. Um território de educação ambiental, com o exemplo extraordinário do programa PEGADAS que nos últimos 8 anos tem estado, diariamente, nas nossas escolas. Do próprio Laboratório da Paisagem que vos falei, das Ecovias dos rios Ave, Selho e Vizela que estão a nascer e a tornar real o sonho de todos nós, em particular aqueles que, vivendo junto aos rios, sempre ambicionaram a reabilitação das suas margens e a sua fruição. O caminho não está, nem poderia estar terminado. Teremos de continuar a trilhar e insistir na proteção e conservação do nosso património natural, ampliando a qualidade de vida dos cidadãos no concelho, ou seja, fortalecendo a coesão territorial. Sejamos ou não Capital Verde Europeia, a verdade é que este resultado é a prova de que vale a pena ousar, pensar e agir antes dos outros, com os cidadãos no centro da nossa atuação. Continuaremos a procurar ser um concelho com história, cultura, desporto e com natureza. Assim, para assumirmos o compromisso alargado de todos nesta demanda ambiental, tendo por base o lema da Capital Europeia da Cultura, “Eu faço parte”, ampliaríamos, a partir de agora, o lema para “Eu faço a minha parte”. -----

José Inácio da Fonseca respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro.-----

**André Faria Ferreira**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Projetos e programas consecutivos e Guimarães continua sem uma praia fluvial. Este ano, mais uma vez, a Agência Portuguesa do Ambiente chumbou o pedido de classificação da Praia Seca, nas Taipas, como água balnear. Se perguntar aos munícipes se acham que seria importante haver uma praia fluvial digna desse nome no concelho (pelo menos uma), vai perceber que é algo que as pessoas hoje procuram muito, deslocam-se para outros territórios para usufruírem destes espaços de lazer. Senhor Presidente da Câmara, para quando uma praia fluvial?” -----

**Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos**, do Grupo Municipal da IL, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Hoje, reunimo-nos com um propósito claro e urgente: discutir e agir em prol do ambiente. Desta forma, é com um misto de preocupação e esperança que enfrentamos os desafios ambientais que se apresentam diante de nós. Seria inegável admitir que a preservação do ambiente em Guimarães tem sido uma das prioridades para as autoridades locais e para a comunidade em geral. Ainda assim, assumindo desde já que Guimarães é um bom exemplo de como uma cidade se pode comprometer com a sustentabilidade e com a proteção do ambiente, não podemos ignorar alguns aspetos que para nós são importantíssimos. É preocupante a não existência de uma adaptação dos sistemas de drenagem para uma nova realidade como tem sido a existência de chuvas mais intensas, com a exceção das bacias de retenção, mas que têm sido insuficientes face aos relatos de inundações que temos assistindo. Temos um exemplo crasso na zona junto do teleférico; continuamos a não ter redes de drenagem separativas em muitos locais; Não possuímos infraestruturas de armazenamento de água que poderiam ser utilizadas para uso público; continuamos com inúmeros problemas de acessibilidade e de



ruído e centre outros.... Dito isto, é notório que ainda temos muitos desafios pela frente, gostava de saber, em nome de todos os vimaranenses, como o executivo os pretende resolver.” -----

**Manuel José Araújo Ribeiro**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Em 2017, no AvePark, António Laranjo, à data Presidente das Infraestruturas de Portugal declarou que a construção da Via do Avepark iria ter um impacto ambiental relevante por força, também, além de outras, da construção de duas obras de arte, entenda-se, duas pontes. Em 2019, a Agência Portuguesa do Ambiente comunica à Infraestruturas de Portugal que o projeto da via do AvePark se encontra sujeito a avaliação de “Impacte Ambiental”. Nessa mesma comunicação, e com base no parecer emitido, a APA afirma que o projeto é suscetível de “Impactes Negativos significativos no ambiente”. Estranhamente, um último parecer da APA desdiz o que disse antes, desvalorizando o que valorizou antes. Temos como certo que a via vai eliminar uma zona relevante de terrenos RAN e REN; vai separar freguesias; vai cortar caminhos e estradas centenárias; vai eliminar linhas de água; perturbar nascentes; para nós, na esteira da Quercus e da AVE, é uma agressão ambiental sem retorno económico, social e cultural. É uma solução que, ao contrário do descritivo do último parecer, não vai beneficiar o trânsito das Taipas e Ponte, como já foi demonstrado largamente. Dada a nossa candidatura a Capital Verde Europeia, a teimosia na manutenção do projeto do AVEPARK, é uma contradição notória com aquela candidatura; Não se pode defender o verde e, ao mesmo tempo, destruir o verde.” -----

**Rui Armindo da Costa Freitas**, do Grupo Municipal do PSD, começou por felicitar a Estrutura de Missão pela nomeação de Guimarães como cidade finalista para Capital Verde Europeia. Depois, disse considerar que

Guimarães é uma cidade eminentemente industrial, com peso assinalável da indústria têxtil e conhecida pela sua forte pegada ambiental, sendo estas indústrias que mais se têm esforçado para perseguir a sustentabilidade, a circularidade, a descarbonização e a utilização consciente dos recursos hídricos. Neste contexto, apresentou as seguintes questões: existe um ponto de partida trabalhado com a comunidade empresarial daquela que é a pegada ambiental industrial do Concelho? Quais as medidas a tomar, em conjunto, de fomento da circularidade, da descarbonização e gestão dos recursos hídricos de forma eficiente? Quais as metas a atingir? -----

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por felicitar toda a equipa que integra a Estrutura de Missão, assim como todos os envolvidos no processo - Assembleia Municipal, Câmara Municipal, empresas e cidadãos - pelo apuramento de Guimarães para a *shortlist* das três cidades finalistas. Depois, considerou que o caminho da sustentabilidade ambiental deve estar, hoje, na agenda mundial porque se trata de um caminho difícil que envolve alterações de comportamentos, que convoca a ciência, a tecnologia, a economia e os cidadãos enquanto consumidores, para que o resultado da transição ecológica necessária se concretize. Reforçou a necessidade de combater a pegada ecológica mundial e as alterações climáticas do Planeta, reforçando que não se pode continuar a consumir da forma como tem ocorrido. Prosseguiu, a propósito de que cerca de 60% a 70% da população mundial reside nas cidades, dizendo que as alterações e mudanças a materializar devem começar exatamente nestes locais de maior densidade populacional. De seguida, quis deixar claro que a candidatura a Capital Verde Europeia nada tem a ver com os Governos Nacionais, tratando-se de competição completamente aberta para que as cidades que querem ser inspiradoras e exemplo ao nível ambiental se proponham e se candidatem, quando entendem ter reunidas as condições para fazer o caminho até à





vitória. Acrescentou que Guimarães, ao competir com capitais e grandes cidades de países da Europa, que já ganharam este estatuto, para além da importância do próprio estatuto, alcança o caminho transformador que já foi percorrido e que continuará a percorrer, o correto, e que servirá de referência para outras cidades europeias, ou mundiais, com a dimensão de Guimarães. Reconheceu que é um caminho longo e difícil, cujo resultado ainda não foi conseguido, mas que deseja ver concretizado pela obtenção do estatuto de Capital Verde Europeia. Abordou a importância das criadas Brigadas Verdes nas freguesias, que reúnem cidadãos e instituições na defesa da sustentabilidade ambiental, do programa PEGADAS, que permite defender e proteger a biodiversidade, da circularidade da economia, que envolve as empresas, os empresários, a ciência e a tecnologia transferida para as empresas, e, também, a consciência ecológica fortíssima do cidadão que, obviamente, optará pelos produtos de fabrico ecológico, sendo que, tudo isto, deve ser feito de forma holística e integrada. Sobre a transição climática e ecológica, considerou um desafio enormíssimo e que tem de ser feito, simultaneamente, fortalecendo a economia e criando valor e riqueza para que as populações vivam melhor e para que cada vez haja menor desigualdade no mundo. Finalizou, dizendo que, ao nível da mobilidade, o sistema BRT e a utilização de autocarros elétricos constituem um enorme avanço para a descarbonização.-----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida, André Filipe de Castro e Sousa Casalta, Paulo Miguel Lima Peixoto, Ana Margarida da Costa Teixeira, Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Inês Alves Rodrigues, Isabel Filipe de Lemos Moreira Leite, André Faria Ferreira, Manuel José Araujo Ribeiro e Rui Armindo da

Costa Freitas. -----

Após os esclarecimentos solicitados por Manuel José Araújo Ribeiro, **Susana Gabriela Meireles Campos Nunes**, do Grupo Municipal do PS, fez um **protesto**, dizendo ter considerado que o PSD aproveitou os pedidos de esclarecimento para fazer intervenções, o que é uma manipulação do próprio Regimento da Assembleia Municipal. **César Nuno da Costa Teixeira**, do Grupo Municipal do PSD, apresentou um contraprotesto, dizendo que Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, no protesto que fez, qualificou a sua própria intervenção, acrescentando ter-se ali assistido a uma incapacidade de saber lidar com aquelas que são as regras regimentais. -----

Após os esclarecimentos solicitados por Rui Armindo da Costa Freitas, **Susana Gabriela Meireles Campos Nunes**, do Grupo Municipal do PS, apresentou novo protesto e César Nuno da Costa Teixeira, do Grupo Municipal do PSD, contra protestou. -----

DIVERSOS -----

**3 - PATRONATO DE SÃO SEBASTIÃO - UTILIZAÇÃO DO TEATRO JORDÃO - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a propostas designada por “Patronato de S. Sebastião – Utilização do Teatro Jordão – Isenção de pagamento de taxas”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia onze de maio de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **4 - ASSOCIAÇÃO DE DANÇA DE GUIMARÃES - SEMANA DA DANÇA 2023 - UTILIZAÇÃO DO TEATRO JORDÃO - ATRIBUIÇÃO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a propostas designada por “Associação de Dança de Guimarães – Semana da Dança 2023 - Utilização do Teatro Jordão – Atribuição de isenção de pagamento”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia sete de junho de dois mil e vinte e três, que



aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**5 - APROVAÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS.**

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a propostas designada por “Aprovação de taxas devidas pelos serviços prestados no âmbito do Regime Jurídico de Segurança contra Incêndios em Edifícios”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte de julho de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** os pontos 3, 4 e 5, por unanimidade. ---

OBRAS PÚBLICAS -----

**6 – APROVAÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS ADJACENTES AO PROCEDIMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES.**

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a propostas designada por “Aprovação dos Encargos Plurianuais adjacentes ao Procedimento do Contrato de Gestão de Eficiência Energética para a iluminação pública do Município de Guimarães”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte de julho de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade.-----

FREGUESIAS-----

**7 - FREGUESIA DE AZURÉM - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO.**

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a propostas designada por “Freguesia de Azurém – Cedência de autocarro - ratificação”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia seis de julho de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em

pasta anexa ao livro de atas. **8 - FREGUESIA DE CALDELAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a propostas designada por “Freguesia de Caldelas – Cedência de autocarro - ratificação”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia seis de julho de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **9 - CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS ÀS FREGUESIAS.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a propostas designada por “Concessão de Apoios Municipais às Freguesias”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia seis de julho de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **10 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a propostas designada por “Delegação de Competências nas Freguesias”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia seis de julho de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **11 - FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA – ATRIBUIÇÃO DE APOIO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a propostas designada por “Freguesia de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia – Atribuição de apoio”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia seis de julho de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**Diogo António Alves da Costa**, Presidente da Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, interveio sobre o apoio para a execução da obra de construção/ampliação do Cemitério de Briteiros S. Salvador, considerando que este tipo de apoios é essencial para o trabalho das juntas de freguesia, devido aos orçamentos limitados que têm,



anunciando, como exemplo, que a freguesia a que preside, que tem 1700 eleitores e de 9,4 Km<sup>2</sup>, tem um orçamento base de cerca de 100 mil euros anuais, valor claramente limitativo e que obriga a fazer uma grande ginástica financeira para poder trabalhar com dignidade, realidade que reputou de lamentável que as juntas de freguesia fazem um trabalho que mais nenhuma outra entidade pode fazer. Acrescentou que as juntas de freguesia são a base da organização política do país, os únicos agentes políticos que mantêm uma proximidade, diária e direta, com a população, e a quem a população apresenta todo o tipo de problemas e espera todo o tipo de resoluções. Prosseguiu, anunciando que a ampliação/construção do Cemitério de Briteiros S. Salvador é uma obra que a população anseia há mais de 20 anos, recuando no tempo para lembrar o que tem vindo a ser feito pelos diversos executivos desta freguesia, referindo a eliminação de sepulturas de maior antiguidade pertencentes à junta de freguesia, mas que obrigava a um diálogo com os respetivos familiares, situação que é dolorosa e difícil. Concluiu, agradecendo ao Município, na pessoa do Presidente da Câmara, e à Vereadora Sofia Ferreira, o apoio concedido para concluir este processo, que seguirá, agora, para a fase de lançamento de concurso público, para avanço das obras. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, e disse que, sendo Guimarães um território assimétrico, a política municipal tem de tratar diferente as realidades diferentes de modo a reduzir as assimetrias. Acrescentou existirem mais cinco ou seis casos com esta grandeza financeira, mas que é necessário resolver devido à falta de sepulturas, tendo em conta que só cerca de 20% recorrem à cremação por motivo de tradições e cultos da sociedade, que ainda se mantém

conservadora. -----

**A Assembleia DELIBEROU APROVAR os pontos 7, 8, 9, 10 e 11**, por unanimidade.-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia **DELIBEROU**, por maioria, **APROVAR** a ata em minuta, com 1 abstenção (Ana Paula Cardoso Lemos Damião – Grupo Municipal do PSD) -----

Pelas **zero horas e cinco minutos**, do dia seguinte, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu por **ENCERRADA A SESSÃO**.-----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. --